

Editorial

O papel da ciência na Era do Negacionismo e nos tempos de pandemia: a sustentabilidade no centro do debate

Marcel Bursztyn, Gabriela Litre, Melissa Curi e Carlos Hiroo Saito

doi:10.18472/SustDeb.v11n3.2020.35623

O *annus horribilis* de 2020, cuja análise foi tema do editorial da Revista SeD de abril¹, foi marcado em todos os aspectos pelo espectro da pandemia do Covid-19.

Os eventos ocorridos no ano nos permitem uma importante reflexão sobre o modo como nossas sociedades se situam no século 21. O exemplo é uma parábola, que representa o lado tenebroso e obscuro de nossas falhas e descaminhos, mas sinaliza também uma faceta radiante da humanidade, que é a nossa incrível capacidade de superar adversidades e renascermos, pelo nosso engenho e arte, melhores ainda.

O ano de 2020 já começou com a chocante notícia de que uma cidade chinesa – Wuhan – havia sido assolada por uma grave doença, que levou as autoridades a adotar a drástica medida de determinar o confinamento de toda a sua população, algo nunca visto ou mesmo imaginado. Independentemente do debate sobre a origem geográfica e temporal da pandemia, aquele “vírus chinês”, como alguns líderes ocidentais o chamaram, incluído o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, logo se espalhou pelo mundo, e pegou até os países ricos do hemisfério norte de surpresa.

Os sistemas de saúde não sabiam como reagir e a infraestrutura não era capaz de acolher tantos enfermos. Muitos morreram por falta de equipamentos hospitalares de ventilação artificial, algo que não demanda muita tecnologia mas cuja produção estava concentrada em fábricas também na China, que não tinham como atender a tantos pedidos de urgência. O desmonte do Estado de Bem-Estar Social, com agravamento das desigualdades sociais mesmo em vista da Agenda 2030, revelou a vulnerabilidade das populações, sobretudo as mais carentes. A privatização da saúde também reforçou este contexto.

Muitos governantes foram céticos em admitir a gravidade do problema. Mesmo diante do aluvião de cifras de mortes diárias, e do crescimento exponencial dos contagiados pela doença, preferiram a comodidade da negação ou, no mínimo, titubearam diante do imperativo de agir rápida e responsavelmente. No ímpeto da negação, desafiaram cientistas e o próprio senso comum. O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, só deixou de ser um negacionista da pandemia quando ele próprio foi acometido pela doença e sentiu na própria pele a sua gravidade. Nos Estados Unidos, Trump nunca aceitou os fatos. Preferiu manter sua postura usual de negar os alertas da ciência e adotar uma narrativa arrogante, distorcida e mentirosa da realidade. Brigou com a realidade; brigou com a ciência e prescreveu cloroquina como remédio. Foi desmentido pelos fatos e derrotado nas urnas, cujo resultado, aliás, também negou.

Lukashenko, o folclórico tirano da Bielorrússia, sugeriu que seus concidadãos tomassem vodca, contra a pandemia. Ganhou visibilidade mundial como palhaço, além de ditador. No Brasil, a postura oficial do

1 | <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/30982>

governo federal não foi muito diferente: negacionismo científico e difusão de notícias falsas, inclusive sobre a adoção de medicamentos cientificamente refutados como tratamento.

Mais da metade do gabinete ministerial já havia sido contaminada, mas o discurso governamental se manteve fiel à negação, incluindo a famosa afirmação de que o vírus seria uma “gripezinha”, pronunciada por Bolsonaro em ao menos duas ocasiões (e negada pelo próprio autor em novembro de 2020, quando o Brasil registrava 168.662 óbitos e 6.017.605 diagnósticos pela Covid-19, gerando assim uma curiosa “negação da negação”²). Dois ministros da saúde, ambos médicos e politicamente identificados com o governo, optaram por pedir demissão. Na guerra contra os fatos, um militar assume a pasta e nada faz além de manobras diversionistas, como na estratégia de batalha.

Mas enquanto o mundo da política mergulhava numa roda-viva de brigar com a realidade iniludível da morte massificada, o mundo da ciência, em silêncio e mesmo diante de ameaças cristalizadas em recortes aos fundos dedicados à pesquisa³, debruçava-se no enfrentamento do desafio. Em todo o mundo, uma infinidade de centros de pesquisa, universidades e laboratórios assumiam a responsabilidade de, em tempo recorde, produzir vacinas anti-Covid-19. De acordo com a OMS, hoje são mais de 165 vacinas em desenvolvimento. O esforço mobilizou também cientistas e pesquisadores de outros campos do conhecimento, que passaram a estudar a pandemia como um típico caso interdisciplinar. Tiveram a flexibilidade e o discernimento de mudar seus objetos de estudo, de modo a contribuir com o esforço geral de entender e enfrentar o problema.

No Brasil, o Instituto Butantã do Estado de São Paulo está coordenando o ensaio de uma vacina (a Coronovac, da empresa chinesa Sinovac) que, até o momento, tem se apresentado como uma das mais seguras do mundo⁴. Mais não é a única. Em menos de 10 meses, desde o início dos trabalhos de pesquisa, várias vacinas elaboradas por diferentes laboratórios já estavam prontas para serem aplicadas em grande escala a partir de dezembro de 2020. Nunca na história da saúde pública o ciclo entre identificação da moléstia e descoberta da sua prevenção foi tão curto! Da prevenção para o combate, e a produção de vacinas, a ciência deve guardar sua coerência com seus próprios protocolos de segurança. Ou seja, a ciência deve ser mais científica do que nunca.

No front de batalha, profissionais da área da saúde colocaram-se de corpo e alma para salvar vidas e em muitos casos para testar as vacinas criadas pela ciência. O sacrifício não foi unicamente pessoal ou familiar: muitos entregaram a própria vida. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, a região das Américas teve o maior número de profissionais de saúde infectados no mundo, com quase 570 mil profissionais de saúde que ficaram doentes e mais de 2,5 mil que sucumbiram ao vírus.

O Brasil é o terceiro país com mais mortes de profissionais da saúde pelo COVID-19, depois dos EE.UU e México: segundo o Ministério da Saúde, desde o início da pandemia, 226 profissionais de saúde morreram e outros 257 mil foram infectados pelo novo coronavírus. Entre as mortes em decorrência da covid-19, as categorias mais vitimadas foram técnicos e auxiliares de enfermagem (38,5%), médicos (21,7%) e enfermeiros (15,9%). Porém, até a magnitude dessa entrega heroica parece ter sido negada pelas autoridades: um levantamento da Anistia Internacional informou que pelo menos 634 trabalhadores da saúde morreram no Brasil, depois de contrair Covid-19. O número é 50% maior do que o divulgado pelo governo brasileiro⁵.

Fica a constatação: a dicotomia entre os tempos da política (geralmente o curto prazo, duração de um mandato, encurtado ainda mais pela premência das campanhas eleitorais) e o tempo da ciência (geralmente o longo prazo, duração dos ciclos de pesquisa e experimentação), mostrou-se, neste caso, um falso dilema. A ciência foi muito mais ágil do que a política. Enquanto muitos políticos agiam como o

2 | <https://istoe.com.br/bolsonaro-mente-em-live-e-diz-que-nunca-chamou-covid-19-de-gripezinha/>

3 | <https://voceza.abril.com.br/carreira/cortes-bolsas-pesquisa-ciencia/>

4 | <https://www.dw.com/es/brasil-coronovac-la-vacuna-m%C3%A1s-segura-hasta-ahora/a-55364182>

5 | <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-e-o-3o-pais-com-mais-mortes-de-profissionais-da-saude-por-covid-19>

avestruz, que esconde a cabeça no buraco e não veem além dos interesses setoriais e mesmo pessoais, cientistas agiam com responsabilidade. É uma lição de força moral, mas é também a sinalização de que nós, humanos, somos resilientes.

Esta experiência nos traz duras lições no terreno interdisciplinar: ciência, cultura científica e transparência da informação andam de mãos dadas com a democracia. Lutar por nossa resiliência nos tempos atuais passa também por reconstruir a democracia e reafirmar direitos.

A **sustentabilidade** do nosso porvir, capaz de prevenir e enfrentar essa e novas pandemias, passa por evitarmos que o vírus do autoritarismo e da apologia à intolerância, violência e naturalização da desigualdade social se espalhe pelo mundo. Passa, também, em todas as nações, pelo engajamento de cada pessoa de forma consciente no que se refere à sua responsabilidade sociopolítica, solidária e ambiental.

Cada nação deve dar sua contribuição, porque a pandemia revelou duramente o quanto estamos interconectados. É apenas mais uma faceta da nossa interdependência, já tratada pela poluição dos oceanos, pela circulação de mercadorias, pelas mudanças climáticas. Mais do que nunca nossa Sustentabilidade está em Debate.

No presente número, *SeD* apresenta o Dossiê “Impacto, Vulnerabilidade e Adaptação à Mudança do Clima no Brasil: uma Abordagem Integrada”, composto por doze artigos. As pesquisas compõem os estudos de Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação (IVA), desenvolvidos no âmbito do projeto que subsidiou a elaboração da Quarta Comunicação Nacional do Brasil (4CN) à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Compondo também esta edição, temos a seção *Varia*, com três artigos. O primeiro, dos autores Luciane Cleonice Durante et al., com o título *Environmental impacts and infrastructure in Agrarian Reform settlements in Minas Gerais, Brazil* (“Impactos ambientais e infraestrutura de assentamentos da Reforma Agrária em Minas Gerais, Brasil”), tem como objetivo analisar os potenciais impactos ambientais decorrentes das condições de infraestrutura em assentamentos da reforma agrária, no estado de Minas Gerais.

O artigo *Methodological proposal to analyze land use and land cover changes: the case of Santa Catarina state in Brazil from 2000 to 2010* (“Metodologia de análise das dinâmicas do uso e cobertura da terra: o caso do estado de Santa Catarina -Brasil entre 2000 e 2010”), das autoras Juliana Mio de Souza e Eduarda Marques da Costa, faz uma verificação da dinâmica do uso e cobertura da terra, relacionando-a com potenciais forças motrizes.

Por fim, as autoras Paula Egyto Tavares e Dalva Maria da Mota, no artigo *Good for whom? Dendeiculture reactions by contract in Amazon paraense* (“Bom para quem? As reações à dendeicultura por contrato na Amazônia paraense”), analisam as reações de aceitação e resistência à dendeicultura por contrato em Irituia. A pesquisa contou com a revisão de documentos e de dados secundários, e com a realização de entrevistas com agricultores(as) familiares produtores(as) de dendê, sindicalista e representantes de órgãos municipais.

Desejamos a todas e todos um ótimo ano novo, com mais saúde e mais ciência!

Os Editores